**MODELO DE PETIÇÃO**

CONSTITUCIONAL *.HABEAS DATA*. CORREÇÃO DE DADOS CONSTANTES EM CADASTROS

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de ...

(nome, qualificação e endereço), por seu advogado *in fine* assinado, *ut* instrumento de procuração em anexo (doc. n. ...), vem, à presença de V. Exa., na forma do art. 5º, LXXII, “b”[[1]](#footnote-2) da Constituição Federal, impetrar, como impetrado tem, o presente *HABEASDATA*, pelas razões de fato e direito adiante articuladas:

1. Narrar com precisão e clareza qual dado incorreto do autor consta em determinado registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

2. Não obstante constar tal dado no ... (citar o órgão), o mesmo não corresponde à verdade, eis que ... (explicar o porquê da informação não ser verdadeira, demonstrando qual a correta), sendo que essa informação a respeito do autor fora incluída de forma mentirosa no respectivo banco de dados, causando ao autor os mais sérios prejuízos de ordem moral e financeira, eis que ...

3. O autor presta serviços a órgãos públicos, estando impedido de continuar com seus préstimos, em face desses dados inverídicos a respeito de sua pessoa.

4. O autor tentou extrajudicialmente fazer a devida correção, não conseguindo, contudo, êxito em suas assertivas, perante a recusa do respectivo órgão em proceder a tal correção, ficando a informação inverídica a respeito do autor a permanecer em seus registros, causando-lhe evidentes prejuízos morais e financeiros.

5. ***Ex positis***, requer o processamento do presente pedido de *habeasdata*, concedendo-se liminar em favor do autor perante a prova anexa, intimando-se o respectivo órgão, na pessoa de ..., a prestar as informações que tiver no prazo legal, sob as penas da lei, propugnando-se ao final que seja concedido o presente pedido, para se determinar que seja retificado essa informação a respeito do autor, com a procedência do presente pedido.

6. Requer a produção de provas documental, testemunhal, pericial, e, especialmente, o depoimento pessoal do representante legal do réu, sob pena de confissão.

Valor da causa: R$ ...(...)

Pede Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **LXXII** – conceder-se-á “habeas-data”: b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. [↑](#footnote-ref-2)